

Tesouro vai atacar a área social

Esforço fiscal do acordo com o FMI deverá tirar mais recursos de saúde, educação, saneamento e infra-estrutura

VALDEREZ CAETANO E
RODRIGO ROSA

BRASÍLIA – A área social será atingida em cheio pelo esforço fiscal do governo definido no novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O governo nega, mas os números demonstram que desde o início do acordo com o FMI, em 1998, até o ano passado, o Tesouro Nacional deixou de liberar R\$ 16,4 bilhões, ou 44,4% do total de R\$ 36,9 bilhões que deveriam ser investidos na área social e de infra-estrutura. Programas como o do combate à tuberculose, malária, dengue, saneamento básico e outros praticamente não receberam nenhum re-

curso nos últimos três anos. Este ano, até o dia 27 do mês passado, do total de R\$ 19 bilhões destinados a investimentos, o governo só havia liberado R\$ 1,4 bilhão, ou 7,4% do previsto.

Segundo o deputado Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), especialista em contas públicas, isso acontece porque, na prática, existem dois tipos de cortes no orçamento da União. Um deles é feito pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Esses cortes são amplamente divulgados e feitos de forma seletiva, de maneira a preservar a área social. Por isso, os orçamentos da Saúde, Educação, Saneamento e Previdência Social são os mais

poupados. Mas ao executar as contas, já na alçada do Ministério da Fazenda, sob o comando do ministro Pedro Malan, a área social é a que mais sofre.

Compressão – Isso acontece porque o orçamento da União já é muito comprimido. Apenas uma quantia relativamente pequena, de R\$ 19 bilhões este ano, permite a execução de cortes que afetam especialmente os programas sociais. O restante do orçamento da União, R\$ 950 bilhões, é dos chamados “recursos vinculados”, que não podem ser cortados ou remanejados, como é o caso dos gastos com pessoal (R\$ 60 bilhões), ou as transferências constitucionais para estados e municípios.

Outras despesas obrigatoriamente pagas estão na “rubrica” juros das dívidas públicas. O governo também costuma promover pequenos cortes em custeio, que são recursos destinados a tocar a máquina administrativa. Mas os ministérios já estão funcionando no limite. Por isso, o segundo alvo dos cortes são as emendas dos parlamentares, cujo grande número de projetos são considerados dispensáveis pelo governo e portanto cortados, em uma primeira etapa, por Tavares.

É quando chega às mãos do Secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, que o orçamento da União perde suas características. O que é aprovado pelo Con-

gresso deixa de ser executado em, pelo menos, 40% dos casos. No ano de 1998, por exemplo, na rubrica “investimentos” havia disponíveis R\$ 13,1 bilhões, mas o Tesouro deixou de liberar R\$ 4,4 bilhões. Em 1999, do total de R\$ 9,1 bilhões que seriam destinados a programas investimentos, só R\$ 3,7 bilhões foram efetivamente gastos. No ano passado, a administração na “boca do caixa” foi ainda mais drástica: dos R\$ 14 bilhões que seriam destinados aos programas, apenas R\$ 5,1 bilhões saíram do cofre.

O governo conseguiu os maiores superávits da história. Em 1999, o superávit primário, que não conta gastos com juros, che-

gou a 3,23% do Produto Interno Bruto (PIB), uma economia próxima R\$ 30 bilhões. Em 2001, o governo prevê R\$ 40,2 bilhões e, no ano que vem, R\$ 45,7 bilhões. Este esforço de arrecadação permitirá recursos extras, em dois anos, de R\$ 95,9 bilhões, conforme combinado com o FMI.

Programas perdem – Este ano, programas do no Ministério da Saúde só receberam 3,27%, de um total de R\$ 3,8 bilhões previstos para 2001. Os programas do Ministério da Educação receberam R\$ 31,5 milhões, de R\$ 1 bilhão orçados. O saneamento-básico, cujos recursos deveriam ser de R\$ 1,8 bilhão até o fim do ano, recebeu R\$ 13 milhões.